

Sentidos de “revolução” e “revolución” na imprensa escrita golpista do Brasil (1964) e da Argentina (1966) / Senses of “revolução” and “revolución” in the coup written press of Brazil (1964) and Argentina (1966) / Sentidos de “revolução” y “revolución” en la prensa escrita golpista de Brasil (1964) y de Argentina (1966)

*María Alejandra Vitale**

RESUMO

Neste artigo percorremos as conexões teóricas que podem ser estabelecidas entre o dialogismo do Círculo de Bakhtin e alguns aspectos da teoria do discurso de Michel Pêcheux, considerando a leitura que Jacqueline Authier-Revuz fez de ambos em sua proposta sobre as heterogeneidades enunciativas. Também nos propomos a descrever os sentidos adquiridos pela palavra “revolução” nos editoriais e comentários dos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo* que tematizaram no Brasil o golpe de Estado de 31 de março de 1964 e compará-los com o que aconteceu na imprensa escrita argentina com a palavra “revolución” frente ao golpe militar de 28 de junho de 1966.

PALAVRAS CHAVE: Dialogismo; Heterogeneidade; Revolução; Revolución; Discursividade golpista brasileira e argentina

ABSTRACT

*In this article we cross the theoretical connections that can be established between Bakhtin Circle dialogism and some aspects of the discourse theory of Michel Pêcheux, considering the reading of both made by Jacqueline Authier-Revuz in the frame of her proposal about enunciative heterogeneities. We also try to describe the senses of the word "revolução" in *O Globo* and *Folha de S. Paulo* related to the Brazilian coup d'état of March 31st, 1964 and compare it to what happened in the Argentinean press with the word "revolución" facing the military coup of June 28th, 1966.*

KEYWORDS: *Dialogism; Heterogeneity; Revolution; Brazilian and Argentine coup discursivities*

RESUMEN

*En este artículo recorreremos las conexiones teóricas que pueden ser establecidas entre el dialogismo del Círculo de Bakhtin y algunos aspectos de la teoría del discurso de Michel Pêcheux, considerando la lectura que hizo de ambos Jacqueline Authier-Revuz desde su propuesta sobre las heterogeneidades enunciativas. Nos proponemos, asimismo, describir los sentidos que adquirió la palabra “revolução” en los editoriales y comentarios de *O Globo* y *Folha de S. Paulo* que tematizaron en Brasil el golpe de Estado del 31 de marzo de 1964 y compararlos con lo que sucedió en la prensa gráfica argentina con la palabra “revolución” ante el golpe militar del 28 de junio de 1966.*

PALABRAS CLAVE: *Dialogismo; Heterogeneidad; Revolução; Revolución; Discursividad golpista brasileña y argentina*

* Professora da Universidad de Buenos Aires – UBA, Buenos Aires, Argentina; vitaleale@fibertel.com.ar

Introdução

Neste artigo percorremos as conexões teóricas que podem ser estabelecidas entre o dialogismo segundo o Círculo de Bakhtin e alguns aspectos da teoria do discurso de Michel Pêcheux, considerando a leitura que Jacqueline Authier-Revuz fez de ambos em sua proposta sobre as heterogeneidades enunciativas. Além disso, propomo-nos a descrever os sentidos que a palavra “revolução” adquiriu nos editoriais e comentários¹ dos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo* que tematizaram no Brasil o golpe de Estado de 31 de março de 1964, e compará-los com o que aconteceu na imprensa escrita argentina com a palavra “*revolución*” frente ao golpe militar de 28 de junho de 1966². Especificamente, sustentaremos que tais sentidos variaram em função do enfrentamento entre as formações discursivas em que foram produzidas as palavras “revolução” e “*revolución*”, que estão vinculadas com diversos setores sociopolíticos que integraram as coalizões golpistas (DE RIZ, 2000; FAUSTO E DEVOTO, 2004; O’DONNELL, 1982).

Primeiramente percorreremos os posicionamentos teóricos fundamentais de Pêcheux com relação a alguns conceitos de Bakhtin a partir das contribuições de Authier-Revuz, em seguida exporemos a metodologia que conduziu a análise dos sentidos dos lexemas “revolução” e “*revolución*” nos discursos citados para depois descrevê-los.

1 Bakhtin / Pêcheux / Authier-Revuz

Tanto Mikhail Bakhtin como Michel Pêcheux realizaram uma crítica ao objetivismo abstrato na linguística (DIAS, 1996); Pêcheux, no entanto, não concordou com Bakhtin na leitura que este fez de Ferdinand de Saussure, embora os dois o tenham lido a partir da perspectiva do marxismo. Com efeito, MALDIDIER (2003) recorda que Pêcheux criticou em Bakhtin a tendência a anular a dimensão própria da língua, porque opôs o sistema abstrato das formas linguísticas ao fenômeno social da interação, realizado através da

¹ Sobre esses gêneros jornalísticos de opinião, ver HERMAN e JUFER (2001).

² Apenas dois anos depois do golpe militar no Brasil, as forças armadas argentinas, lideradas pelo general Juan Carlos Onganía, deram um golpe de Estado, autodenominado “*Revolución Argentina*”, que depôs o presidente do Partido Unión Cívica Radical del Pueblo, Arturo Illia.

enunciação, o que levou a fundir a linguística com uma vasta semiologia. Gregolin (2010), por sua vez, sustenta que a posição fortemente althusseriana dos trabalhos de Pêcheux o levou a rejeitar o que chamou de “sociologismo” de Bakhtin, posição que lhe atribuiu devido à proximidade teórica deste último com a psicologia social de Plekhanov. Segundo Pêcheux, na base das propostas bakhtinianas se identificaria um humanismo teórico que entende a produção do discurso a partir da oposição entre indivíduo e sociedade e inscreve-o no âmbito das relações individuais. Nessa mesma linha, para Pêcheux as relações sociais não podem ser pensadas em termos de interações de grupos humanos.

O desencontro teórico entre ambos os autores aumenta se considerarmos que Pêcheux pensou a relação entre língua e ideologia diferentemente de Bakhtin/Voloshinov, para quem – sabemos – o signo é a arena da luta de classes e a língua tende a ser coextensiva à ideologia uma vez que “o domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos” (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1986, p.32). Em *Les vérités de La Palice* (traduzido para o português como *Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio*), publicado em 1975, Pêcheux, de forma contrária, concebe a língua como uma base material dotada de uma relativa autonomia que é comum a processos discursivos diferentes. Isso significa que a língua, entendida como um sistema no sentido saussureano, apresenta “indiferença” com relação à luta de classes mas que, por sua vez, as classes não são “indiferentes” à língua, o que se traduz no fato de que todo processo discursivo se inscreve em uma relação ideológica de classes. Conforme a concepção de Pêcheux, é a própria estrutura da língua como condição formal que permite efeitos de sentidos diferentes próprios de processos discursivos distintos.

Se, para Bakhtin, as línguas são concepções de mundo não abstratas, mas sim concretas, sociais, atravessadas pelas apreciações, inseparáveis das práticas correntes e das classes (BAJTÍN, 2003), Pêcheux insiste que os processos discursivos historicamente determinados não podem ser pensados como coextensivos à língua, e por isso rejeita a concepção da língua como visão de mundo (PÊCHEUX, 1978, p.244).

Indo além dos aspectos que orientam o confronto das posições teóricas de Pêcheux e Bakhtin, Jacqueline Authier-Revuz, ao revisitar a teoria do dialogismo deste último e examinar diversos momentos na produção de Pêcheux, encontrou uma sólida base comum

nos dois autores. Com efeito, é a partir da noção de heterogeneidade que Authier-Revuz (1982, 1984, 1995, 1998) estabelece um elo entre o dialogismo do Círculo de Bakhtin e, em particular, com a última etapa das propostas de Pêcheux (1990), propondo que ambos, à sua maneira e a partir de abordagens não linguísticas, deram conta do que ela denomina *heterogeneidade constitutiva*.

Sabemos que, para Authier-Revuz, essa noção se refere ao fato de que em todo discurso há sempre um Outro – presença permanente indicada/reconhecida implicitamente –, que o determina de fora do sujeito, que é mais falado que falante. Esse “fora”, no entanto, é um exterior dentro do sujeito, no sentido de que é condição constitutiva de sua existência e de seu próprio discurso. A heterogeneidade mostrada, por outro lado, é a inscrição do outro no fio do discurso, que altera sua unicidade aparente. Mediante essa heterogeneidade, descrita pela linguística, o sujeito falante indica que uma parte de seu discurso não lhe pertence. A hipótese de Authier-Revuz é que a heterogeneidade mostrada é um modo de negociação – obrigatório – com a heterogeneidade constitutiva, que é necessário desconhecer para poder enunciar um discurso. Com efeito, ao delimitar e circunscrever a palavra do outro no discurso, o sujeito apresenta imaginariamente que o outro não está em todas as partes, que o restante do discurso lhe é próprio, localizando-se assim como o centro da enunciação.

Authier-Revuz fez uma leitura atenta de Bakhtin de uma posição que se distanciou da pragmática. Por isso, leu o dialogismo (AUTHIER- REVUZ, 1995) como a presença inelutável do outro no um, um outro que não é quem está cara a cara ou é “diferente”, mas sim um outro que o atravessa constitutivamente. Trata-se assim da heterogeneidade constitutiva de todo discurso, da relação necessária que todo discurso estabelece com um exterior discursivo que é condição de sua própria existência (AUTHIER-REVUZ, 1995). Se o romance, contrariamente à poesia, é o gênero literário predileto de Bakhtin, é porque ele o considera o mais apto para uma representação intencional do verdadeiro funcionamento da linguagem, ou seja, seu dialogismo fundamental. Brait (2009), por sua vez, sustenta que o cuidado metodológico que Bakhtin manifesta ao examinar a materialidade da linguagem, sua condição de alteridade e as relações eu/outro no romance

podem servir tanto para os estudiosos do discurso artístico como para aqueles que se dedicam a outro tipo de linguagem.

Authier-Revuz identificou um ponto de encontro entre Bakhtin e Pêcheux na teoria discursiva do sentido proposta em *Les vérités de La Palice*, na qual percebeu uma afinidade com a perspectiva bakhtiniana sobre a pluriacentuação das palavras³. Authier-Revuz se deteve na noção de dialogismo do Círculo de Bakhtin, pensada a partir da polissemia constitutiva do sentido de todas as palavras, para insistir que a noção de pluriacentuação refere-se ao fato de que nenhuma palavra é neutra, mas sim habitada pelos discursos onde viveu “sua vida de palavra”, que lhe conferem um sentido e uma avaliação particular. Dessa forma, as palavras estão carregadas de outros discursos que lhes conferem acentos determinados, contraditórios (AUTHIER-REVUZ, 1982, 1984, 1995). Pêcheux, por sua vez, sustentou:

[...] uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem *um* sentido que lhe seria “próprio”, vinculado à sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões e proposições da mesma formação discursiva (1988, p.160)

Existe aqui um questionamento sobre a existência de um único sentido das palavras na língua e uma aproximação à polissemia das unidades da linguagem, que está contida na noção de pluriacentuação de Bakhtin (AUTHIER-REVUZ, 1995). No entanto, não se observa ainda em Pêcheux uma verdadeira consideração da heterogeneidade, mas sim que o reconhecimento do outro do discurso é limitado. Com efeito, as formações discursivas – aspecto material da ideologia que determina o que pode e deve ser dito – são concebidas então como espaços fechados e homogêneos, o que o leva a propor um único sentido fixado na dimensão do discurso para uma palavra pela formação discursiva a partir da qual é produzida (AUTHIER-REVUZ, 1995). Por outro lado, se, para Bakhtin, na pluriacentuação

³ Os primeiros roteiros da análise do discurso, especificamente o livro de Pêcheux *Analyse automatique du discours*, de 1969, estavam bem distantes dos passos de Bakhtin, visto que se orientavam a uma redução do múltiplo e heterogêneo para o mesmo e homogêneo. Com efeito, o método proposto por Pêcheux procurava a invariante proposicional em uma família parafrástica em *corpus* selecionados conforme condições de produção estáveis e homogêneas, o que aumentou a distância da consideração da heterogeneidade.

das palavras intervém a intenção da orientação, a noção de intenção não é pertinente na teoria do discurso de Pêcheux, devido à sua perspectiva sobre o sujeito. Para ele, o problema da constituição do sentido é inseparável do problema da constituição do sujeito, uma vez que tanto o sentido das palavras como o sujeito são construídos pela ideologia, que interpela os indivíduos em sujeito.

A relação constitutiva com o outro que o dialogismo de Bakhtin propõe está esboçada em *Les Vérités de La Palice* com a noção de interdiscurso, o todo complexo de formações discursivas ligadas entre si, dado que rompe a clausura do discurso em si mesmo, introduz o exterior no interior e propõe uma dimensão de heterogeneidade sob a forma de um já-dito, em outro lugar, antes. No entanto, o próprio Pêcheux (1977) ponderará mais a respeito da heterogeneidade ao colocar depois, em primeiro plano, a noção marxista de contradição, que impugna a concepção das formações discursivas como espaços fechados e homogêneos. Postula, então, que é preciso definir a relação interna que toda formação discursiva mantém com seu exterior discursivo específico; em suma, determinar os avanços constitutivos mediante os quais uma pluralidade contraditória, desigual e interiormente subordinada de formações discursivas se organiza em função dos interesses postos em jogo na luta de classes, em um momento dado de seu desenvolvimento e em uma formação social dada. Essa concepção de exterior, de outro que determina por dentro o um de modo constitutivo, é o que melhor permite estabelecer os vínculos teóricos entre o Círculo de Bakhtin e Pêcheux e seu grupo.

Embora primeiramente Pêcheux tenha tomado uma posição contrária à leitura que Bakhtin fez de Saussure e da concepção bakhtiniana sobre a coextensividade entre língua e ideologia, sua última etapa teórica, tal como já destacaram Baronas e Komesu (2008), significou uma aproximação dos trabalhos de Bakhtin graças a seu encontro intelectual com Authier-Revuz⁴. Isso o levou a focalizar a heterogeneidade enunciativa e a dar protagonismo à noção de interdiscurso, agora entendida, destaca Guilhaumou (2008), como corpo sócio-histórico de traços discursivos que constituem um espaço de memória. Da mesma forma, estabeleceu que a descrição de um enunciado coloca sempre

⁴ MALDIDIER (2003) recorda que Pêcheux conheceu Authier-Revuz no Centre d'Études et de Recherches Marxistes (CERM) em meados dos anos setenta e que a reencontrou no Colóquio "Matérialités Discursives", em 1980, o que marcou o início de uma colaboração que continuaria até a morte dele.

necessariamente em jogo (mediante as negações, o discurso referido, a elipse etc) o discurso outro como espaço virtual de leitura (PÊCHEUX, 1990).

Atualmente, destaca-se o caráter instável, poroso e difuso das fronteiras de uma formação discursiva e ressalta-se a relação que sempre estabelece com a alteridade, especialmente quando o analista trabalha, como em nosso caso, com discursos não logicamente estabilizados (INDURSKY, 2007).

2 Materialidade do sentido e acontecimento enunciativo

Partindo das posições do Círculo de Bakhtin, de Pêcheux e seu grupo e da leitura que delas realizou Authier-Revuz, assumimos que as palavras carregam uma pluriacentuação, que adquirem sentidos e avaliações diversas nos discursos sociais que habitam e no interjogo das formações discursivas a partir das quais são produzidas. Para analisar, na materialidade linguística, essa polissemia constitutiva e esse movimento do sentido, consideramos que são adequadas as propostas de Guimarães (2002, 2007, 2011), porque adotam uma posição materialista que contempla a construção histórica do sentido, consistente com a posição sobre a heterogeneidade discursiva de Bakhtin e de Pêcheux, tal como revisitada por Authier-Revuz.

Com efeito, Guimarães (2002) propõe que, para estudar o sentido adquirido por uma palavra ou uma expressão em um discurso determinado, é preciso analisar as relações que elas estabelecem com outras do texto em que são usadas. O sentido se constrói assim no acontecimento enunciativo, ao mesmo tempo em que o referido acontecimento recorta sempre uma rede de sentidos dados pelo interdiscurso. O sentido se forma em um entremeio em que o já-dito retorna ao mesmo tempo em que o acontecimento faz surgir novos sentidos (GUIMARÃES, 2011). Dessa perspectiva, a designação de uma palavra é uma relação de sentido produzida no acontecimento enunciativo, modo pelo qual o real é significado pela linguagem. A referência, por sua vez, não é externa ao sentido, porque somente é possível referir (particularizar algo em e pela enunciação) graças ao fato de que as palavras designam.

Por isso, para estudar os sentidos da palavra “revolução” nos editoriais e comentários dos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo* frente ao golpe militar em 1964 e contrastar com os sentidos de “revolución” na imprensa escrita argentina frente ao golpe de Estado de 1966, baseamo-nos nos procedimentos de reescrita descritos por Guimarães (2007), pelos quais a enunciação de um texto volta a dizer insistentemente o que já foi dito, e assim predica algo do que é reescrito⁵. Dentro dos procedimentos de reescrita, focalizamos as definições e as expansões mediante descrições. No interior das definições, consideramos aquilo que Guimarães denomina articulação, que compreende relações internas ao próprio enunciado que dizem respeito a contiguidades locais e ao modo como certas formas afetam outras que não reescrevem.

Se esses procedimentos de reescrita permitem descrever a polissemia e a heterogeneidade constitutiva de toda palavra, nos casos em que as definições ou descrições incluem marcas da heterogeneidade mostradas, nós as identificamos e comentamos, especificamente as negações e as glosas metadiscursivas⁶.

3 Dialogismo e heterogeneidade na unidade léxica “revolução”

Em seus editoriais e comentários publicados na conjuntura imediatamente posterior ao golpe militar de 31 de março de 1964, *O Globo* reescreveu a palavra “revolução” através das seguintes descrições: “o movimento vitorioso”, “a revolução triunfante”, “o movimento amesquinhado pelos políticos preocupados somente com seus interesses eleitorais”⁷, “a revolução comunista”⁸, “a revolução brasileira”⁹, “a revolução do povo”¹⁰, “a grande revolução de hoje”¹¹, “a revolução democrática”¹², “a vitória democrática”¹³, “o movimento

⁵ Esse processo liga pontos de um texto com outros do mesmo texto ou de outro texto.

⁶ Nas glosas ou comentários metadiscursivos, o enunciador comenta ao mesmo tempo em que usa as palavras, na reflexibilidade de um dizer que se volta explicitamente sobre si mesmo (AUTHIER-REVUZ, 1998).

⁷ Até aqui, “A vez do congresso”, 3-4-64.

⁸ “O expurgo”, 6-4-64. Essa descrição refere-se à revolução que, segundo *O Globo*, ocorreria se o Governo de Goulart prosseguisse.

⁹ “Schmidt: Esta foi uma revolução brasileira”, 6-4-64.

¹⁰ “Schmidt: Esta foi uma revolução brasileira”, 6-4-64.

¹¹ “Castelo Branco”, 7-4-64.

¹² “Educação e finanças”, 7-4-64, e “A revolução consolidada”, 10-4-64.

restaurador”¹⁴, “A revolução (ou mais tecnicamente, o ‘contrário da revolução’”, “a revolução salvadora”, “uma obra gigantesca de salvação do País”, “uma obra de redenção”¹⁵, “a reação vitoriosa”¹⁶, “a jornada de restauração democrática”¹⁷.

Graças à qualificação de “democrática” que recebeu a palavra “revolução” e sua reescrita como “vitória democrática” e “a jornada de restauração democrática”, “revolução” adquiriu o sentido de “movimento” democrático (e com isso implicitamente o governo de João Goulart passou a ter o sentido de antidemocrático). O complemento “do povo” que modificou a “revolução”, por sua vez, atribuiu ao “povo” o papel protagônico em “revolução”.

Ao entender-se a “revolução” como uma “restauração”, a palavra “revolução” adquiriu o sentido de um “movimento” para trás na dimensão temporal, que foi também uma “reação” frente ao que *O Globo* percebeu com um processo de comunização do Brasil levado adiante por João Goulart. Esse “movimento” estava ameaçado pelos políticos, que foram desprestigiados pelo jornal, que sobre eles disse estarem só preocupados com seus interesses eleitorais (“o movimento amesquinhado pelos políticos preocupados somente com seus interesses eleitorais”). Isso favoreceu a hegemonização do poder pelas forças armadas após a deposição de João Goulart e, ao mesmo tempo, permitiu que implicitamente o “movimento” mencionado ficasse vinculado com o bem comum ou com o interesse do “povo”.

Com relação à qualificação de “brasileira” para “revolução”, manifestou-se em um contexto em que *O Globo* se distanciou da opinião de jornais franceses, que criticaram o apoio que a deposição de Goulart recebera dos Estados Unidos, daí afirmar que se tratava de “a revolução brasileira”¹⁸. A palavra “revolução”, da mesma forma, foi qualificada como “salvadora” e foi reescrita como “uma obra de redenção” e “uma obra gigantesca de salvação do País”, o que a fez adquirir uma conotação religiosa e levou a situar implicitamente aqueles que a realizaram como salvadores e redentores. Na rede

¹³ “A vitória do Brasil traído”, 8-4-64.

¹⁴ “Panorama econômico”, 8-4-64.

¹⁵ Até aqui “Não percamos a vitória”, 9-4-64.

¹⁶ “A arte de vencer revoluções”, 10-4-64.

¹⁷ “A revolução consolidada”, 10-4-64.

¹⁸ “Schmidt: Esta foi uma revolução brasileira”, 6-4-64.

interdiscursiva daquele momento, esse sentido de “revolução” remeteu à Doutrina da Segurança Nacional, uma vez que essa Doutrina propunha que a defesa do cristianismo era um meio de conter o comunismo (DE REZENDE, 2001; GARCÍA, 1991).

A “revolução” como “redenção” e “salvação” se opôs a “a revolução comunista”, por isso *O Globo* usou a glosa metadiscursiva (AUTHIER-REVUZ, 1998) “mais tecnicamente” para precisar que a “revolução” foi “o contrário da revolução”, ou seja, uma contrarrevolução, o que resultou coerente com a orientação temporal para trás que apresentou “revolução” como “restauração”.

Conforme o exposto, na formação discursiva preponderante em *O Globo*, a palavra “revolução”, qualificada de “comunista”, adquiriu implicitamente o sentido de antidemocrática, distanciada do povo, anticristã, antibrasileira e orientada para o futuro, totalmente o contrário da “revolução” qualificada como “democrática” e que se referiu à destituição de João Goulart.

Poucos dias depois da destituição do presidente constitucional, *O Globo* definiu a palavra “revolução” da seguinte forma:

Uma revolução não é um desfile de carros alegóricos. Nem se confunde com um golpe de Estado, que em geral só tem como objetivo a conquista do poder. Uma revolução visa a mudar um sistema, com a introdução de nova filosofia de Governo, outro tipo de administração, outro quadro de dirigentes (“Um Governo que honre a revolução”, 4-4-64)¹⁹.

Nas negações formuladas por *O Globo*, identifica-se um marcador de negação que funciona como uma pista de um discurso-outro que não está explicitado (*se confunde com um golpe de Estado, se trata de um golpe de Estado*)²⁰, que é regido por um princípio de antítese (FIORIN, 1988) a respeito do que pode ser dito na formação discursiva a partir da qual se produz a palavra “revolução” em *O Globo*. O sentido de “revolução” recusado pelo *O Globo* levaria a considerar essa palavra como um sinônimo de “golpe de Estado”; nesse jornal, no entanto, “revolução” e “golpe de Estado” estabeleceram uma relação de

¹⁹ *O Globo* escreve sempre «Governo».

²⁰ Indursky (1997) se refere a esse tipo de negação como negação externa do discurso de outro, porque incide sobre um enunciado proveniente de outra formação discursiva.

antonímia, porque se infere que seus sentidos são opostos, com base no eixo de mudar ou não um sistema de governo.

Ao examinar a textura interdiscursiva, ressalta que o primeiro presidente militar, Humberto Castelo Branco, em sua “Saudação ao Congresso”, em 15 de abril de 1964, afirmou: “Não se trata de um golpe de Estado, mas de uma revolução”, frase na qual se retoma a relação de antonímia entre “revolução” e “golpe de Estado” e a negação, formulada por *O Globo*, de um enunciado proveniente de outra formação discursiva (*se trata de um golpe de Estado*)²¹.

Outra definição similar de “revolução” foi reiterada em *O Globo*:

... a revolução é a substituição de uma idéia de direito por outra. A revolução não é simplesmente o fato de um homem ou uma minoria que derruba um govêrno para se colocar em seu lugar. É uma idéia superficial essa. (“A revolução legitima o Poder pela Força e o Apoio de Povo”, 11-4-64)

Repetiu-se assim a distância de um outro que atribuiu a “revolução” o sentido de uma mera mudança de governo; “revolução” adquiriu em *O Globo*, no entanto, o sentido de uma transformação das normas reguladoras da vida pública, da dimensão institucional, de modo similar à definição anteriormente citada, que tinha o sentido de introduzir uma “nova filosofia da Govêrno”. Por outro lado, quando o jornal recusou o sentido-outro de “revolução” como “idéia superficial”, vinculou-a implicitamente com a profundidade, termo II, valorizado, do par filosófico superfície-profundidade (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 1989).

O Globo voltou a se distanciar em outra oportunidade do sentido de “revolução” como mero intercâmbio de homens quando sustentou “Para êles /os civis/ a revolução se resume a uma troca de homens”²², ao mesmo tempo em que associou esse sentido recusado com aquele que lhe deram os civis, de modo que implicitamente o jornal se identificou com o sentido dado à palavra “revolução” pelos militares.

²¹ Ver Indursky (1997, p.218).

²² “A arte de vencer revoluções”, 10-4-64.

O Globo formulou outras duas definições de “revolução” que apresentaram novamente negações que são marca da luta simbólica travada no eixo do interdiscurso pelo sentido da referida palavra:

[...] é uma marcha mal iniciada e que logrará completar o seu percurso se nos convenceremos de que se deve processar –e de qualquer maneira uma mudança de alma, uma transformação ditada pela convicção profunda e não apenas por artes, habilidades e conveniências (“Não percamos a vitória”, 9-4-64).

[...] não haverá nenhuma revolução, mas simples ato de salvação momentânea, se cuidarmos apenas do acessório, se nos limitarmos a permanecer na superfície das coisas, se não tratarmos da substância do essencial (“Não percamos a vitória”, 9-4-64).

Nas duas definições, observamos que a palavra “revolução” tornou a ser definida como “mudança”, e também como “transformação”, vinculadas com os termos II, valorizados, dos pares filosóficos superfície-profundidade, momentâneo-permanente, forma-substância, aparência-essência (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 1989), ou seja, *O Globo* deu a “revolução” o sentido de uma mudança profunda, permanente, substancial e essencial.

O jornal *Folha de S. Paulo*, por sua vez, produziu a palavra “revolução” em outra formação discursiva, o que lhe deu outros sentidos com relação a *O Globo*: “uma revolução feita para restabelecer a legalidade”²³, “a substituição do Sr. João Goulart na presidência da República”²⁴, “o líder civil da revolução”²⁵, “uma revolução feita para restabelecer a legalidade”; “uma excelente vitória, conseguida com máxima dignidade”²⁶; “os frutos da revolução”, “o movimento, as explorações políticas da revolução, os objetivos da revolução, o movimento armado”²⁷, “o movimento que o depôs”²⁸, “o movimento vitorioso”; “o movimento, cuja primeira fase recém terminou”²⁹, “a mudança de governo no

²³ “Em defesa da lei”, 2-4-64.

²⁴ “Nossa opinião”, 3-4-64.

²⁵ “A Lição da crise”, 4-4-64.

²⁶ “Legalidade mesmo”, 5-4-64.

²⁷ Até aqui “Magalhães e Krue”, 5-4-64.

²⁸ “Retroceder, não”, 5-4-64.

²⁹ Até aqui “O presidente definitivo”, 6-4-64.

Brasil”, “o movimento contra o presidente”³⁰, “os líderes militares e civis da vitoriosa revolução”, “o movimento”, “os objetivos do movimento”³¹, “a deposição do antigo presidente”³², “o movimento que depôs o antigo governo”, “os eventos políticos e militares dos últimos dias”, “o movimento político-militar”, “a revolução”³³, “os nobres ideais da revolução”, “os objetivos da revolução”³⁴, “o movimento que depôs o antigo governo”³⁵, “a Revolução vitoriosa”³⁶.

De maneira semelhante a *O Globo*, em que a palavra “revolução” foi qualificada de “democrática” ou afetada pela palavra “democracia”, na *Folha de S. Paulo* foi qualificada com o sintagma “feita para restabelecer a legalidade”, legalidade que se subentende que não foi respeitada pelo governo de João Goulart.

Por outro lado, “revolução” não foi relacionada com as palavras “redenção” nem “salvação”, não estabeleceu uma relação interdiscursiva com a Doutrina da Segurança Nacional e não adquiriu o sentido de uma mudança de estruturas, mas sim o de uma mudança de governo. Com efeito, a *Folha de S. Paulo* se diferenciou do uso que fez *O Globo* da palavra “revolução” como “mudar um sistema” ou “mudança da estrutura institucional”, porque a relacionou com “substituição”, “mudança” ou “deposição” de “o Sr. João Goulart”, do “antigo presidente” ou “o antigo governo” e a reescreveu como “o movimento contra o presidente”, ou seja, tratou-se do sentido de “revolução” explicitamente recusado por *O Globo* quando – como vimos – afirmou “A revolução não é simplesmente o fato de um homem ou uma minoria que derruba um govêrno para se colocar em seu lugar”.

Por outro lado, a palavra “revolução” foi reescrita mediante descrições que lhe deram um sentido político (“as explorações políticas da revolução”, “os eventos políticos e militares dos últimos dias”, “o movimento político-militar”), outro aspecto que distanciou a *Folha de S. Paulo* de *O Globo*, que – como dissemos – recusou os políticos.

³⁰ “Semana política”, 6-4-64.

³¹ Até aqui “Comunismo e corrupção”, 8-4-64.

³² “Amanhã”, 8-4-64.

³³ “Confiança”, 8-4-64.

³⁴ “Volta à normalidade”, 9-4-64.

³⁵ “Volta à normalidade”, 9-4-64.

³⁶ “A Revolução vitoriosa”, 10-4-64.

Como interpretar essa pluriacentuação, essa heterogeneidade constitutiva da palavra “revolução” na historicidade que é própria da conjuntura do golpe militar de 1964? Por um lado, devemos considerar que o golpismo não foi um bloco homogêneo, mas que a heterogeneidade estava imersa em seu interior, vinculada com formações discursivas que, se bem compartilharam o interesse em derrubar Goulart unidas a partir do espectro das direitas (MCGEE DEUTSCH, 2005) frente ao inimigo comum, a esquerda em geral, também se enfrentaram pelo tipo de regime ou governo que viria depois. Uma formação discursiva, predominante em *O Globo*, corresponde ao que Fausto e Devoto (2004, p.401) denominam “linha dura” dentro do aparato militar, que considerou imprescindível instituir um regime autoritário por um longo período para pôr fim ao que percebia como ameaça do comunismo, a corrupção e a desordem social. Outra formação discursiva, presente na *Folha de S. Paulo*, foi inerente aos denominados “*sorbonnards*”, a quem Fausto e Devoto (2004, p.400) atribuem uma ideologia liberal-conservadora. Defensores, em princípio, da ordem constitucional, se convenceram de que o populismo com traços radicais de Goulart estava levando o Brasil para uma “república sindicalista”, como passagem prévia à instalação de um regime comunista. Na concepção dos *sorbonnards*, o movimento revolucionário tinha como objetivo restaurar a ordem social e a democracia, purificando-a previamente por meio da eliminação dos corruptos, dos populistas e dos “perigos” sindicais. Essas diferenças ficaram marcadas com a promulgação do Ato Institucional nº 1, que subordinou a Constituição à vontade do aparato militar (MOREIRA ALVES, 1989). Com efeito, o citado instrumento jurídico, entre outras medidas, estabeleceu a eleição indireta para presidente, conferiu poderes aos Comandantes em Chefe para suspender os direitos políticos pelo prazo de dez anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais sem que a Justiça pudesse avaliar essa decisão. Enquanto *O Globo* o apoiou e se opôs aos que criticaram a medida sustentando “Não venham, agora, os exagerados puristas e os insensatos leguleios chorar a momentânea suspensão dêste ou daquele dispositivo constitucional”³⁷, a *Folha de S. Paulo* se distanciou dessa medida afirmando “Não se pode, entretanto, esconder, que a medida causa muitas apreensões a todo o povo”³⁸.

³⁷ «A revolução consolidada», 10-4-64.

³⁸ «O Ato institucional», 10-4-64.

4 Interdiscursividade com os meios golpistas da Argentina de 1966

O Estatuto da chamada Revolução Argentina, sancionado pelas forças armadas que, como no Brasil, assumiram o “poder constituinte”, foi o equivalente do Ato Institucional nº 1, visto que subordinou a Constituição à vontade do aparato militar (QUIROGA LAVIÉ, 1987). A esse respeito, de forma similar ao que aconteceu no Brasil, pode-se identificar nos meios escritos o interjogo entre duas formações discursivas que usaram a palavra “revolución” com diferentes sentidos, próximos daqueles que adquiriu no outro país a palavra “revolução”.

Com efeito, a revista *Primera Plana* definiu da seguinte forma a palavra “revolución”:

Os movimentos de 6 de setembro de 1930 e de 4 de junho de 1943 foram típicos *golpes de Estado*, mudança de governantes e manutenção da estrutura institucional [...] Diante de tais antecedentes institucionais, o movimento de 27 de junho é, em sentido estrito, uma *revolución*: mudança de governantes e substituição da estrutura institucional ‘à frente’ por outra radicalmente nova, imaginada, inexistente até o dia da revolução (“Definiciones”, 5-7-66)³⁹.

A revista argentina, por meio da glosa metadiscursiva (AUTHIER-REVUZ, 1998) “em sentido amplo” dissociou o sentido de “revolución” em um amplo e outro restrito, de forma semelhante ao que fez *O Globo*, que também usou uma glosa metadiscursiva, no seu caso para diferenciar entre um sentido não técnico e outro técnico de “revolução”. Também de forma muito parecida a esse jornal, que definiu “revolução” como “mudar um sistema”, o *Primera Plana* definiu a palavra “revolución” como a substituição da estrutura

³⁹ N.T. No original: “Los movimientos del 6 de septiembre de 1930 y el 4 de junio de 1943 fueron típicos *golpes de Estado*, cambio de los gobernantes y mantenimiento de la estructura institucional [...] Frente a tales antecedentes institucionales, el movimiento del 27 de junio es, en sentido estrito, una *revolución*: cambio de los gobernantes y reemplazo de la estructura institucional ‘hacia delante’ por otra radicalmente nueva, imaginada, inexistente hasta el día de la revolución (“Definiciones”, 5-7-66)”.

institucional “hacia adelante” por uma radicalmente nova⁴⁰. Por outro lado, observa-se que a *Primera Plana* coincidiu com *O Globo* ao fazer funcionar a palavra “revolución” como um antônimo de “golpe de Estado”.

Outra revista argentina, *Azul y Blanco*, reescreveu a palavra “revolución” com as descrições “el acto de la revolución”, “un acto revolucionario”, “su poder constituyente”⁴¹, que focalizaram, em particular essa última, a constituição de uma nova ordem. No caso da revista *Confirmado*, a palavra “revolución” foi reescrita como “a missão de criar um novo Estado onde os valores fundamentais apregoados nos proclamas encontrem sua forma de realização”⁴², o que reiterou o sentido de constituição de uma nova ordem institucional, nesse caso especificamente um novo Estado.

A revista *Extra*, por sua vez, reescreveu a palavra “revolución” com a descrição “una REVOLUCIÓN-REVOLUCIÓN”, que opôs a “una REVOLUCIÓN-GOLPE”⁴³, retomando a relação de antonímia entre “revolución” e “golpe de Estado”, que se manifestou em *O Globo*⁴⁴.

É notável como no jornal *La Nación*, por outro lado, a palavra “revolución” foi sempre reescrita com descrições que lhe conferiram o sentido de destituição de um governo ou mudança de governantes, mas nunca, como naqueles outros meios escritos, teve o sentido de substituição de um regime institucional por outro: “el derrocamiento del gobierno elegido en 1963”⁴⁵, “este traspaso de autoridad”⁴⁶, “el derrocamiento de las autoridades”⁴⁷, “el derrocamiento”, “el movimiento revolucionario”⁴⁸, “el derrumbe del oficialismo reciente”⁴⁹.

⁴⁰ Um matiz de sentido diferente ocorre em *O Globo* porque “revolução” é uma “restauração”, o que lhe atribui uma orientação temporal para o passado, o que se repete quando *O Globo* reescreveu “revolução” como “o ‘contrário da revolução’”, dando-lhe o sentido de uma contrarrevolução.

⁴¹ Até aqui, “Sin una clara formulación revolucionaria desaparecería la legitimidad de la revolución”, 14-7-66.

⁴² “Análisis de la Revolución Argentina”, 14-7-66. N.T. No original: “la misión de crear un nuevo Estado donde los valores fundamentales pregonados en las proclamas encuentren su medio de realización”.

⁴³ “Cuidemos a Onganía”, agosto de 1966.

⁴⁴ Esse tipo de uso de maiúscula é equiparável ao uso das aspas para expressar ênfase e indicar um outro, porque é como se o locutor dissesse “é esta a palavra que quero usar e não outra”; ao mesmo tempo, representam certa anomalia com os casos mais habituais de uso de aspas porque o locutor (AUTHIER-REVUZ, 1981) não se distancia das palavras que foram colocadas entre elas.

⁴⁵ Editorial de 29-6-66.

⁴⁶ Editorial de 29-6-66.

⁴⁷ “Entre la fe y la preocupación”, 3-7-66.

⁴⁸ Editorial de 7-7-66.

⁴⁹ Editorial de 9-7-66.

Esse sentido, vimos, é o que apareceu na *Folha de S. Paulo* e que explicitamente foi recusado por *O Globo*.

Por outro lado, destaca-se como em outra revista argentina, *Análisis*, a palavra “revolución” funcionou como um sinônimo de “golpe de Estado”, o contrário do que aconteceu em *Extra* e em *O Globo*. Com efeito, a palavra “revolución” foi reescrita em *Análisis* mediante as seguintes descrições: “el golpe”⁵⁰, “el reciente golpe militar”⁵¹, “el golpe militar”⁵², “la revolución del 28 de junio”⁵³ e “la revolución Argentina”⁵⁴.

Na Argentina, o dialogismo e a heterogeneidade do sentido de “revolución” descrito em sua imprensa escrita também se vincularam com o enfrentamento de formações discursivas inerentes a diversos setores da coalizão golpista. Conforme explica Guillermo O’Donnell (1982), o general Juan Carlos Onganía e seus seguidores no aparato militar constituíam os setores corporativos, chamados também paternalistas, que procuravam a implantação de um Estado forte, hierárquico e eficaz, que integrasse a sociedade organicamente sobre uma base de conselhos e comissões que permitissem a participação harmônica dos diversos setores, todos guiados pela busca do bem comum. Mas os setores liberais ligados à alta burguesia e aos setores mais modernos e dinâmicos da vida social, embora coincidissem com eles na necessidade de ordenar a sociedade e despolitizar suas classes mais “conflituosas”, rejeitaram a pretensão dos paternalistas de encapsular toda a sociedade em um corporativismo que equilibrasse as classes. Por outro lado, se os corporativistas defendiam níveis razoáveis de salários e uma política distributiva, os liberais aceitavam um aparato estatal forte somente para lhes garantir e promover a acumulação do capital.

Liliana De Riz (2000, p. 15), por sua vez, relembra que o sindicalismo viu no golpe militar um caminho para o poder e que seu líder, Augusto Vandor, apoiou o golpe de Estado para que isso lhe permitisse se emancipar da tutela que Juan Domingo Perón exercia a partir do exílio. Essa interpretação concorda com a realizada por Catalina Smulovitz (1993), que sustenta que um setor dos militares argentinos percebeu, em 1966, que uma ordem

⁵⁰ “Las incógnitas de la hora cero” 4-7-66.

⁵¹ “Cinco revoluciones en 35 años”, 4-7-66.

⁵² “Cinco revoluciones en 35 años”, 4-7-66.

⁵³ “El cambio y la libertad”, 18-7-66.

⁵⁴ “Cambio de clima, de la expectativa a la incertidumbre”, 26-7-66.

corporativa seria uma solução para o problema do peronismo – proscrito eleitoralmente desde o golpe de Estado de 1955 que depôs Perón⁵⁵ – porque permitiria integrá-lo à vida institucional através de seu braço sindical. Com efeito, a posição de Vandor frente a Perón e a institucionalização do peronismo mediante o sindicalismo contribuiria para neutralizar o poder que ele continuava exercendo na política argentina.

Dessa maneira, uma formação discursiva vinculada com os setores liberais, que em 1966 rejeitaram um sistema corporativo e procuraram a implantação de uma democracia representativa limitada e prescritora do movimento peronista, produziu a palavra “revolución” com o sentido de mudança de governantes e como um sinônimo de “golpe de Estado”. Por outro lado, uma formação discursiva ligada aos setores que promoveram um regime corporativo, gerou a palavra “revolución” com o sentido de uma mudança institucional e como antônimo de “golpe de Estado”.

Dissemos que no Brasil a formação discursiva presente na *Folha de S. Paulo* se distanciou do Ato Institucional nº 1, apoiado pela formação discursiva predominante em *O Globo*. Na Argentina, a formação discursiva golpista ligada aos setores liberais também se distanciou de certas medidas do governo militar, visto que, por exemplo, o *La Nación* expressou “preocupación”, “inquietud”, “desasosiego”⁵⁶ e “incertidumbres”⁵⁷ diante do projeto corporativista do general Onganía, inferido – entre outras medidas – da “disolución” dos partidos políticos, e manifestou seu desejo de que ela fosse somente uma “hibernación” temporária, e considerou que os partidos políticos “deben ser los órganos normales de todo quehacer democrático”⁵⁸.

A título de conclusão

A análise que realizamos dos sentidos adquiridos pelas palavras “revolução” e “revolución” nas conjunturas golpistas do Brasil e da Argentina de 1964 e 1966,

⁵⁵ Depois do golpe militar de 16 de setembro de 1955 que depôs Juan Domingo Perón, o peronismo não pode voltar se apresentar para eleições livres até 1973.

⁵⁶ Até aqui *La Nación*, editorial del 12-7-66.

⁵⁷ “Caleidoscopio político”, 7-7-66.

⁵⁸ “Caleidoscopio político”, 9-7-66. Para uma análise mais detalhada do enfrentamento entre os meios escritos ligados a um golpismo liberal e outro nacionalista antiliberal promotor do corporativismo, ver Vitale (2006).

respectivamente, manifesta que esses dois sentidos tiveram uma notável filiação interdiscursiva. Com efeito, identificamos um parentesco semântico entre o sentido que a palavra “revolução” adquiriu em *O Globo* e o que teve “revolución” em *Primera Plana, Azul y Blanco, Confirmado e Extra*, por um lado, e o que adquiriu a palavra “revolução” na *Folha de S. Paulo* com o que teve “revolución” em *La Nación e Análisis*, por outro.

Na rede interdiscursiva, as referidas palavras são atravessadas por um dialogismo e uma heterogeneidade constitutivas marcadas pelo real da história do militarismo na América do Sul, do qual a imprensa escrita funcionou, majoritariamente, como uma aliada. Pelo sentido de “revolução” e de “revolución” se enfrentaram formações discursivas inerentes a diversos setores das coalizões golpistas que estabeleceram os sentidos daquelas palavras e sua relação semântica, de antonímia ou sinonímia, com “golpe de Estado”. Dessa forma, o golpismo não foi um bloco homogêneo, pois essas formações discursivas, embora tenham se aliado contra o que perceberam como o caminho para o comunismo em que estavam nossos países, também se enfrentaram depois de realizados os golpes de Estado devido aos projetos políticos que os governos militares deveriam seguir. As formações discursivas citadas não apresentaram fronteiras fechadas ao se configurar mutuamente em uma relação tensa e instável de aliança e de contradição.

Para Bakhtin (2003, p.272) “cada enunciado é um elo na corrente, complexamente organizada, de outros enunciados” e isso se verifica nos discursos golpistas do Brasil e da Argentina que analisamos, focalizando os sentidos conferidos às palavras “revolução” e “revolución”. Desejamos que os vínculos entre Bakhtin, Pêcheux e Authier-Revuz, que conduziram a análise da heterogeneidade constitutiva no uso dessas palavras no passado recente de ambos os países, sejam um estímulo para um aprofundamento, com um olhar comparativo, na questão de “o mesmo e do outro” ou “do outro no um” em discursividades do Brasil e da Argentina, para contribuir, a partir de nossa tarefa como analistas do discurso, para sua integração no presente.

REFERÊNCIAS

AUTHIER-REVUZ, J. Paroles tenues à distance. In: Conein et al. (eds). *Matérialités discursives*. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1981, p.127-142.

_____. Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours, *DRAVL* n. 26, p.91-151, 1982.

_____. Hétérogénéité(s) énonciative(s). *Langages* n. 73, mars, p.98-111, 1984.

_____. *Ces mots qui ne vont pas de soi*. Boucles réflexives et non-coïncidences du dire. Paris: Larousse, 1995, v. I.

BAJTIN, M. *La cultura popular en la Edad Media y en el Renacimiento*. En el contexto de François Rabelais. Trad. Julio Forcat e César Cornoy. Madrid: Alianza, 2003.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, M./VOLOSHINOV, V. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Problemas fundamentais do método sociológico. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1986.

BARONAS, R. L. e F. KOMESU (orgs.). Prefácio. In: *Homenagem a Michel Pêcheux*. 25 anos de presença na análise do discurso. Campinas: Mercado de Letras, 2008, p.7-20.

BRAIT, B. Problemas da poética de Dostoiévski e estudos da linguagem. In: BRAIT, B. (org.) *Bakhtin, dialogismo e polifonia*. São Paulo: Contexto, 2009, p.45-72.

DE REZENDE, M. J. *A ditadura militar no Brasil*. Repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984. Londrina: UEL, 2001.

DE RIZ, L. *Historia Argentina*. La política en suspenso 1966/1976. Buenos Aires: Paídos, 2010.

DIAS, L. F. *Os sentidos do idioma nacional*. Campinas: Pontes, 1994.

FAUSTO, B. e DEVOTO, F. *Brasil e Argentina*. Um ensaio de história comparada (1950-2002). São Paulo: Editora 34, 2004.

FIORIN, J. L. *O regime de 1964: discurso e ideologia*. São Paulo: Atual, 1988.

GARCÍA, A. *La doctrina de la Seguridad Nacional/II*. Bs. As.: CEAL, 1991.

GREGOLIN, M. Bakhtin, Foucault, Pêcheux. In: Brait, B. (org.) *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2010, p.33-52.

GUILHAUMOU, J. Considerações sobre a análise do discurso: um trajeto crítico em torno de Michel Pêcheux ao final dos anos 1970. In: BARONAS, L. R. e KOMESU, F. (orgs.). *Homenagem a Michel Pêcheux*. 25 anos de presença na análise do discurso. Campinas: Mercado de Letras, 2008, p.55-78.

GUIMARÃES, E. *Análise de texto*. Procedimentos, Análises, Ensino. Campinas: Editora RG, 2011.

_____. Domínio semântico de determinação. In: GUIMARÃES, E. e MOLLICA, M. C. (Orgs.). *A palavra*. Forma e sentido. Campinas: Pontes, 2007, p.77-96.

_____. *Semântica do acontecimento*. Um estudo enunciativo da designação. Campinas: Pontes, 2002.

HERMAN, T. e N. J. JUFER. L'éditorial, 'vitrine idéologique du journal'? *Semen*, 13, p.135-162, 2001.

INDURSKY, F. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

_____. Formação discursiva: ela ainda merece que lutemos por ela? In: INDURSKY, F. e LEANDRO FERREIRA, M. C. *Análise do discurso no Brasil, mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, 2007, p.163-172.

MC GEE DEUTSCH, S. *Las derechas. La extrema derecha en la Argentina, el Brasil y Chile 1890-1939*. Trad. Julio C. Cortés. Bs. As., Universidad Nacional de Quilmes, 2005.

MALDIDIER, D. *A inquietação do discurso*. (Re)ler Michel Pêcheux hoje. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MOREIRA ALVEZ, M. H. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Rio de Janeiro: Vozes. UNICAMP, 1989.

O' DONNELL, G. *El Estado burocrático-autoritario 1966-1973*. Bs. As.: Ed. Belgrano, 1982.

PÊCHEUX, M. *Hacia el análisis automático del discurso*. Trad. Manuel Alvar Ezquerra. Madrid: Gredos, 1978. [1969]

_____. Remontemos de Foucault a Spinoza. In: MALDIDIER, D. *A Inquietação do Discurso*. (Re)ler Michel Pêcheux hoje. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

_____. *Semântica e discurso*. Uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi, Lourenço Chacon Jurado Filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa e Silvana Mabel Serrani. Campinas: Pontes, 1988. [1975]

_____. *O discurso. Estrutura ou Acontecimento*. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 1990.

PERELMAN, C. e OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado de la argumentación*. La nueva retórica. Madrid: Gredos, 1989.

QUIROGA LAVIÉ, H. *Derecho constitucional*. Buenos Aires: De Palma, 1987.

SMULOVITZ, C. La eficacia como crítica y utopía. Notas sobre la caída de Illia, *Desarrollo Económico*, vol.13, N°131, 1993, p. 403-423.

VITALE, M. A. *Prensa escrita y autoritarismo*. Las memorias retórico-argumentales de los discursos golpistas en la Argentina (1930-1976). Tese de Doutorado. Facultad de Filosofía y Letras, UBA. 2006. Cap. 5, p.356-458. Inédita.

Traduzido do espanhol por Rosângela A. Dantas de Oliveira – rodantas@gmail.com

Recebido em 04/03/2013

Aprovado em 12/06/2013